



Município de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 201/2021

Assis Chateaubriand, 01 de setembro de 2021.

DE: Mayke Wellington Almeida Figueira

Diretor de Planejamento e Presidente da Comissão de Licitação

PARA: Solange Aparecida Malagute Tavares

Gerente de Compras e Licitação

Venho através deste, informar a decisão do Doutor **Arthur Araújo de Oliveira**, Juiz de Direito da Vara da Fazenda pública de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, referente à decisão do **Mandando de Notificação** instaurada sob nº **0001922-76.2021.8.16.0048.0002**, onde defere o pedido de reclassificação da proposta de preço da empresa **STEL – SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA-ME**, a respeito da **Tomada de Preços 002/2021** da execução de **Iluminação Pública, em trechos da Avenida Radial Sul, Avenida Itália e Estrada Verde.**

Sendo assim solicitamos ao departamento de licitações que a proposta da empresa acima seja reclassificada, conforme já descrito.

Atenciosamente.

Mayke Wellington Almeida Figueira

Diretor de Planejamento e
Presidente da Comissão de Licitação

Recebi em ____/____/____



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ASSIS CHATEAUBRIAND
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ASSIS CHATEAUBRIAND - PROJUDI
Rua Recife, 216 - Ed. Fórum - Centro Cívico - Assis Chateaubriand/PR - CEP: 85.935-000 - Fone: 44
3528 6405 - E-mail: guce@tjpr.jus.br

Autos nº. 0001922-76.2021.8.16.0048

Processo: 0001922-76.2021.8.16.0048

Classe Processual: Mandado de Segurança Cível

Assunto Principal: Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação

Valor da Causa: R\$771.363,07

Impetrante(s): • STEL - SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA - ME (CPF/CNPJ: 07.248.071/0001-57)
Rua Francisco Delgado Sanches, 305 305-C - Jardim Vitória - CAMBÉ/PR - CEP:
86.182-130

Impetrado(s): • Município de Assis Chateaubriand/PR (CPF/CNPJ: 76.208.479/0001-18)
Av. Cívica, 99 - Centro Cívico - ASSIS CHATEAUBRIAND/PR

• Prefeito(a) do Município de Assis Chateaubriand (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
Av. Cívica, 99 PREFEITURA - ASSIS CHATEAUBRIAND/PR - CEP:
85.935-000

Vistos

1. Trata-se de mandado de segurança com pedido liminar, impetrado por STEL – SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA, em face do Prefeito Municipal de Assis Chateaubriand VALTER APARECIDO SOUZA CORREIA, aduzindo, em apertada síntese, que participou da Tomada de Preços nº 002/2021, apresentando a proposta que ficou em segundo lugar, contudo teve a proposta desclassificada pela Comissão Especial de Licitação, que, posteriormente, não analisou seus argumentos recursais, sustentando a decisão, que, por sua vez, foi mantida pela autoridade impetrada.

Asseverou que, apesar de ser desclassificada - pelos motivos de não ter apresentado: primeiro, a Luminária ofertada não atenderia o fator de potência (FP) solicitado em edital, pois o edital exigia FP de 0,98 e, supostamente, a impetrante teria apresentado luminária com FP 0,95 e segundo, a luminária ofertada de 150w possuiria 140L/w (lumens/watts), sendo que supostamente o edital exigia luminária com 145 L/w – cumpriu os requisitos do edital, bem como seria possível promover eventuais complementos por meio de diligências da Comissão, não havendo razões para desclassificar sua proposta.

Pugnou pela concessão da medida liminar com suspensão cautelar e imediata da licitação pública Tomada de Preços nº. 02/2021, bem como todo ato administrativo tendente a contratação do objeto.

Juntou documentos (mov. 1.2/1.32).

Anteriormente à análise do pedido liminar foi concedido o direito de se pronunciar ao ente municipal (mov. 7), o qual se pronunciou abdicando deste direito e apresentou os devidos documentos, mov. 21.

Vieram os autos conclusos. **Decido.**

É o relatório.



2. Com efeito, dispõem o art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal de 1988 e o art. 1º, caput, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, *in verbis*:

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

Art. 1º - Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

Trata-se o Mandado de Segurança de uma ação civil de rito sumário especial, atualmente regulada pela Lei nº 12.016/09, que objetiva a invalidação de atos de autoridade ou à supressão de efeitos de omissões administrativas capazes de violar direito individual ou coletivo, líquido e certo. A este respeito, o escólio de Cássio Scarpinella Bueno (In Mandado de Segurança, Saraiva, 2002, p. 13-4):

Por direito líquido e certo deve ser entendido aquele direito cuja existência e delimitação são claras e passíveis de demonstração documental. (...) Mister entender o direito líquido e certo como a condição que torna o mandado de segurança a ação adequada para a tutela do impetrante... Em termos práticos, a ausência de direito líquido e certo é obstativa somente do conhecimento ou da admissibilidade do mandado de segurança, sendo possível que, por outras vias jurisdicionais, o impetrante tutele seu direito, como, de resto, permite expressamente o art. 16 da Lei n. 1.533/51.

Na doutrina, Eduardo Arruda Alvim (Mandado de Segurança, 2ª edição, GZ Editora, 2010, p.144) leciona que no mandado segurança repressivo “há um ato de autoridade contra o qual se pretende insurgir” enquanto que no mandado de segurança preventivo “inexiste ainda esse ato, porém há um justo receio de que este se venha a consumir”. E completa, o autor, “o mandado de segurança é medida destinada a evitar o dano, e não assegurar sua reparação, direito esse cuja concretização, de resto, independeria de mandado de segurança”.

Assim, o presente Mandado de Segurança se presta a assegurar, ao jurisdicionado, a possibilidade de insurgir-se contra ato que lhe causa lesão, sendo necessária proteção frente a uma situação concreta, na qual há justo receio de consumação do ato. O que interessa, ao fim e ao cabo, é a proteção de direito líquido e certo.

Nesse diapasão, revela-se como condição indispensável para a viabilidade da ação mandamental a liquidez e certeza do direito a ser tutelado, com a comprovação de plano das situações e fatos que o

embasam, mediante prova pré-constituída, e, para concessão da medida liminar, *inaudita altera parte*, faz-se necessária a conjugação dos requisitos *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

Sobre o tema, esclarece Eduardo Sodré:

São pressupostos para concessão do pedido liminar o fundado receio de dano e a plausibilidade do direito alegado; em outras palavras, exige-se periculum in mora e fumus boni iuris. Uma vez verificados tais requisitos, a ordem deve ser prontamente concedida, haja vista que corresponde a direito processual da impetrante e a não a mera liberalidade do julgador. Frise-se, ainda, que a exigência de caução não é da essência da concessão da liminar, haja vista que dificulta o acesso do cidadão sem recursos ao Poder Judiciário. Temos, em síntese, que, excepcionalmente, pode ser exigida pelo magistrado a contracautela, isto nas hipóteses em que, cumulativamente, haja risco de dano grave e irreparável para a administração pública e, ainda, as circunstâncias do caso concreto levem o julgador a crer que, sem a caução, há real probabilidade deste prejuízo não ser, ao final, reparado pelo impetrante. (Ações Constitucionais, 5ª ed., Ed. Podivm, 2011, Organizador: Fredie Didier Jr., pág. 138).

Com efeito, ao compulsar dos autos, denota-se, que os motivos elencados para a desclassificação da proposta da parte impetrante são de que a Luminária ofertada não atenderia o fator de potência (FP) solicitado em edital, pois o edital exigia FP de 0,98 e, supostamente, a impetrante teria apresentado luminária com FP 0,95 e segundo, a luminária ofertada de 150w possuiria 140L/w (lumens/watts), sendo que supostamente o edital exigia luminária com 145 L/w (mov. 1.24, p. 5).

Quanto à alegada falta de cumprimento das exigências do edital, observa-se que o item 1 do anexo 11 do edital apresentado ao mov. 1.8, em sua página 41 escreve que:

Fonte de energia com controle de corrente em malha fechada; Fator de Potência 0,98; Distorção Harmônica Total de Corrente (THD) 10%, Índice de Reprodução de Cor (IRC) 70, protetor contra surtos de 10kV/10kA, Grau de Proteção contra Poeira e Umidade mínimo IP-66 do produto, Proteção contra Impactos Mecânicos mínimo IK-08, Fluxo Luminoso Efetivo 21750 lm, Eficiência Energética 145 lm/w, Sistema integrado ao corpo da luminária para acionamento e desligamento automático em função da luminosidade ambiente ou base e rele foto controlador conforme NBR 5123 – Rele Fotoelétrico; Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática, sistema de fixação para braços de 48mm à 60mm, Led com vida útil igual ou superior a 50.000 hs(L70); Temperatura média de cor de 5000K variação (+-5%);; A luminária deverá conter um Driver (Fonte Chaveada) que mantém a Potência constante na faixa de tensão de operação.



Na situação em tela, considerando a possibilidade legal descrita no art. 43, §3 da Lei 8.666/93 a fim de possibilitar à Comissão o procedimento de diligências para esclarecer ou complementar a instrução de um processo, deve prevalecer, segundo entendimento dominante nos Tribunais pátrios, o formalismo moderado, de forma a se entender por pertinente, com base nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da ampla competitividade, a possibilidade das diligências pela administração a possibilitar a averiguação do cumprimento da aludida questão que remanesca de complemento, sob pena de afastar a Administração da melhor proposta.

Nota-se, portanto, em sede de cognição sumária, a caracterização o *fumus boni juris*, consistente na plausibilidade das alegações do impetrante na medida em que comprovou o preenchimento de todos os requisitos que foram considerados como ensejadores de sua desclassificação, e o *periculum in mora*, pois somente alcançar êxito na sentença, aguardando o julgamento final do pleito, para conseguir o afastamento do ato que a desclassificou ocasionaria dano de difícil reparação, lesando a competitividade do certame, e impedido a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

3. Assim, diante da presença do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*, **defiro o pedido liminar, determinando a suspensão a ato atacado, a fim de que o impetrado suspenda a decisão que julgou improcedente o recurso administrativo interposto pela impetrante e proceda à reclassificação de sua proposta de preços na Tomada de Preços nº 002/2021.**

4. Intime-se e notifique-se a autoridade apontada como coatora para que preste as devidas informações no prazo de dez dias (art. 7º, I, Lei n.º 12.016/2009).

5. Cientifique-se a Procuradoria Geral do Município nos termos do disposto no art. 7º, II, Lei n.º 12.016/2009.

6. Findo o prazo para informações do item “4”, dê-se vistas dos autos ao Ministério Público para os fins do artigo 12 da Lei n. 12.016/2009.

7. Diligências necessárias.

Assis Chateaubriand, datado e assinado digitalmente.

Arthur Araújo de Oliveira

Juiz de Direito





Município de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

Processo Licitatório nº 035/2021

Tomada de Preços nº 002/2021

DECISÃO

RELATÓRIO

Trata-se de Mandado de Notificação sob nº 0001922-76.2021.8.16.0048.0002, emanado do Poder Judiciário do Estado do Paraná Comarca de Assis Chateaubriand, em favor da empresa **STEL – SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.248.071/0001-57, com sede na Rua Francisco Delgado Sanches, 305, Letra C, Jardim Vitória, Cambé - PR., ao edital do Processo Licitatório nº 035/2021 Modalidade Tomada de Preços nº 002/2021.

Então, vieram os autos para decisão.

É o sucinto relatório.

FUNDAMENTAÇÃO E DISPOSITIVO

Diante do Mandado de Notificação sob nº 0001922-76.2021.8.16.0048.0002, emanado do Poder Judiciário do Estado do Paraná Comarca de Assis Chateaubriand. Em atenção ao item 3 do Mandado de Notificação, resolve atender a decisão onde deferiu o pedido liminar da empresa e DECIDO PELA SUSPENSÃO das decisões constantes às folhas 1139 e 1151 do feito e, conseqüentemente, pela RECLASSIFICAÇÃO da proposta apresentada pela empresa STEL-SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA.

Publique-se esta decisão em veículo(s) de publicações oficiais do Município.

Assis Chateaubriand, 02 de setembro de 2021.

Valter Aparecido Souza Correia
Prefeito Municipal